

mudar a



vida

publicação do graal

Publicação bimestral — 25\$00



PORTE PAGO

AGOSTO/SETEMBRO 1984

51

- um espaço de reflexão crítica sobre as correntes e movimentos sociais do nosso tempo
- um estímulo à criação de modelos alternativos de vida em sociedade
- um olhar de fé sobre o hoje e o amanhã da história que vivemos



QUE MORAL, HOJE?

PONTO DE PARTIDA

Ninguém pode viver sem moral. Ninguém pode prescindir de um campo de valores, explícitos ou implícitos, sobre os quais se constroem os alicerces da vida.

Cada pessoa, cada grupo, cada sociedade fabrica para si mesma um certo número de regras, de ideias, de interditos que lhe permitem estruturar-se e encaminhar-se, pouco a pouco, para aquilo que lhe parece mais desejável.

Esse sistema ético é, por vezes, muito elaborado e fortemente explícito. Tal é, por exemplo, o caso da moral cristã. Outras vezes o sistema moral é puramente implícito. A não explicitação não significa, porém, menor carga interior ou menor pressão social. Quanto mais um sistema de referências é não dito, mais corre o risco de se tornar prepotente, porque menor é a possibilidade de recuo crítico em relação a ele.

Face a cada domínio da vida — sexualidade, trabalho, organização social — todos nos referimos a um certo número de exigências, que nos surgem como condição da nossa própria realização. E ainda bem que assim é! Nada há de mais destruturante, para um indivíduo ou para um grupo, do que sentir-se atirado, sem bússola, sem marcos, para um deserto normativo, onde é suposto valer tudo. A referência a normas, mesmo que seja em termos de oposição ou transgressão, é, em si mesma, estruturadora. Opôrmo-nos é já uma forma de nos situarmos.

A moral, uma qualquer moral, é, pois, uma dimensão intrínseca a toda a existência humana, ponto de passagem obrigatório de todas as escolhas que fazemos. O erro está em falarmos da moral como de um objecto maciço, indiferenciado, um «tudo ou nada» em que todos e cada um nos deveríamos reconhecer. Dentro de cada sistema moral há diferenças. O facto

de nem sempre se tomarem em conta essas diferenças explica muitas das rejeições em bloco de que a moral é objecto.

A moral propõe-se reflectir sobre as condições e os caminhos que permitem a cada pessoa, tomada na sua realidade concreta, tornar-se com os outros, cada vez mais humana. O objectivo último da moral é, pois, a realização de cada um e de todos os homens. Moralizar é criar condições para esse desenvolvimento.

Xavier Thevenot
in «Repères éthiques
pour un monde nouveau»
ed. Salvator, 1983

LEI SEM LEIS

O que é a moral? Tudo se tornou tão vago, que só nos resta recorrer ao dicionário: «Ciência do bem e do mal...»; «teoria da acção humana que tem por regra o dever e por objectivo o bem...»; «conjunto de regras de conduta consideradas válidas de modo absoluto...»

Mais do que tudo isso, a moral é a proposta das condições requeridas para se atingir uma vida realmente humana. É ela que aponta, nos diversos sectores onde se inscreve a nossa actividade, as vias que conduzem a uma verdadeira humanização.

A moral está, portanto, comprometida com a história. Para compreender a sua natureza é preciso seguir as etapas que permitem a cada indivíduo constituir-se progressivamente como sujeito, ou seja, como agente responsável pelo seu devir pessoal e pelo devir colectivo. A análise moral é, necessariamente, genética.

IMPEDIR

O despertar da consciência é marcado pelo conflito permanente entre o instinto do prazer e o sentido da realidade. A prioridade está do lado do instinto, da necessidade anárquica e possessiva. O sonho do retorno à matriz original, a nostalgia do paraíso perdido, são sonhos de morte. Por isso, o primeiro papel da Lei, que se prolongará durante toda a etapa inicial da educação, é o de **impedir**.

A partida, a Lei tem por função impedir o sujeito de morrer, de se matar, de se desfazer, desfazendo simultaneamente o seu próprio corpo e o corpo social. A finalidade da lei que impede é libertar o desejo e a capacidade de viver. A lei funda-se sempre sobre uma promessa. Ela diz a vida impedindo a morte. Mas a lei pode perverter-se. Destinada a impedir a morte, ela pode chegar a impedir a vida. Barreira contra a anarquia das pulsões, ela pode sê-lo também contra a força do desejo. Resume-se então a um catálogo de «deves» ou «não deves», que já nada tem a ver com a promessa.

MORAL UNIVERSAL

Há um discurso moral universal.

Esse discurso parte de certas constantes do comportamento humano e propõe-se identificar os preceitos primeiros que determinam o agir concreto de cada vida e da vida em sociedade.

A função do discurso moral universal é o de toda a utopia mobilizadora.

Tomemos como exemplo o preceito cristão do amor: «amarás o teu próximo como a ti mesmo». Convocado a amar, sou provocado a procurar os caminhos que me libertarão de uma centragem excessiva em mim mesmo. A minha imaginação é estimulada a inventar o meu jeito próprio de ser-com-os-outros.

Quando a lei se converte em barreira que impede o acesso à vida, as saídas são múltiplas:

Podemos resignar-nos, deixarmo-nos aprisionar, aceitar que toda a existência se passe na repressão do desejo. Para sair de tal situação, para retomar a vida nas mãos, a única via é a transgressão. A falta ética surge, então, como um momento necessário da evolução moral da pessoa. Digo **falta** e refiro-me, de facto, a uma transgressão efectiva, mas pontual. Só ela pode reenviar o sujeito à sua própria responsabilidade. Pô-lo em face da sua falibilidade. Desembaraçá-lo do marasmo do sentimento difuso de culpabilidade. Colocá-lo em posição de responder pelos seus actos.

Uma outra via, essa mais ilusória, é o sonho, e por vezes mesmo a tentativa prática, de uma transgressão global. Já não se trata da violação da lei, mas da sua supressão, da pretensão de viver sem lei. Dá-se então como que um retorno à instintualidade infantil, onde a personalidade se dissolve. Na anarquia das necessidades que reclamam satisfação imediata, o corpo desfaz-se: primeiro o corpo individual, depois, e ainda mais, o corpo social.

Mas isso não basta.

Se eu me detiver no discurso universal, cairei fatalmente num falso profetismo que imagina mudar as coisas só porque mudaram as ideias e as palavras.

Não basta proclamar a igualdade para que ela seja praticada.

Não basta falar de respeito pela vida para que as guerras sejam evitadas.

O agir moral é sempre um agir concreto e situado.

Xavier Thévenot
ibidem

INTERDIZER

A idade da transgressão é também a idade do encontro com o outro. É pela reciprocidade que cada um de nós tem acesso a uma existência realmente humana. Só então a lei moral pode revelar o seu sentido pleno.

Do impedimento passa-se então à interdição. A etimologia da palavra é reveladora: interdizer é trocar uma palavra, «dizer-entre». Toda a lei moral tem subjacente uma estrutura de aliança. Não se trata de uma lei que vem de fora, de um outro; é uma lei que se troca, que nós damos uns aos outros.

Tal era já a função do Decálogo. O seu conteúdo enuncia as condições que tornam possível uma vida em conjunto, a vida de um povo. É tarefa de cada um recusar tudo o que possa fazer morrer a colectividade, viver no respeito mútuo, e assegurar as condições da sua própria existência.

Impossível distinguir o que, neste quadro, decorre das leis dum contexto cultural determinado e o que poderia constituir um modelo eterno, uma espécie de «paradigma perdido». Apesar de sobrecarregado com centenas de prescrições anexas, o Decálogo permanece como síntese fundadora de toda a lei moral universal. Nele se revelam, com toda a clareza, as estruturas de relação que permitem a um grupo de homens converter-se em sociedade verdadeiramente humana.

Na base de tudo está o respeito: «não matarás». E esse respeito estende-se a todas as trocas: da ordem sexual, à ordem material e à ordem da palavra dada. Os dez mandamentos tomam o homem na sua totalidade: como ser sexuado, como agente de actividade económica e como sujeito de um discurso que se refere à verdade. O amor, a vida e a verdade são, simultaneamente, bens individuais e bens comuns. É preciso respeitá-los. As interdições são o compromisso recíproco de cada um para com todos os outros.

É sabido que o Evangelho não vem liquidar a moral; vem conduzi-la ao seu termo. Não há evangelização possível sem a infraestrutura de uma consciência humana autêntica. Onde não existe o desejo, a procura efectiva de uma vida com sentido, o Evangelho não pode enraizar-se. O importante não é o grau de virtude de cada um. Pelo contrário, a experiência da falta, a consciência dos impasses, o esforço de moralização da vida privada e pública, são requisitos primeiros (humanos, simplesmente humanos) que tornam possível o acolhimento da Boa Nova.

Quando Cristo diz «não vim abolir a lei, mas superá-la», não se refere apenas à lei judaica, mas a toda a moral. O que ele pretende não é substituir a lei antiga por uma nova lei. Mesmo o mandamento do amor não deve converter-se numa nova lei. O mandamento deriva do amor e não o amor do mandamento.

O mandamento antigo dizia: «não matarás». O amor diz mais; diz: «quero que vivas». Ninguém ama sob imposição. Tudo o que podemos é abrir-nos ao amor. A exigência de amar situa-se para além das regras, para além do esforço tenso, no terreno da promessa e do dom gratuito.

Só então a conhecida fórmula de Santo Agostinho pode revelar todo o seu sentido: «ama e faz o que quiseres». Acautelemo-nos, porém, nos termos: «ama» supõe um desejo sem cálculo, orientado para o outro; «faz o que quiseres» supõe a travessia das muitas camadas superficiais que ocultam o que queremos verdadeiramente. Não é por acaso que Jesus obriga os que atravessam o seu caminho a explicar o seu desejo profundo: «que queres?», pergunta ele. O velho doente há mais de trinta e oito anos (Jo. 5,6) quer verdadeiramente ser curado?

Para onde vai o nosso desejo? Para onde se orienta a nossa vontade? Se as decisões concretas do nosso quotidiano estivessem de acordo com o fluxo espiritual profundo que anima as nossas vidas, seria fácil aplicarmos a nós mesmos o preceito agostiniano. Mas é justamente aí que se situa a falha possível, a discordância imprevisível, a incoerência inesperada.

O Novo Testamento não fala nem de necessidade nem de obrigação. Mas fala de conveniência: «nem tudo o que é permitido me convém» (1 Co 6,12; 10,23). Como discernir então o que nos é conveniente?

Tal como na Bíblia, teremos de refazer, por nossa conta, o caminho que vai da Lei à Sabedoria. O único dever, a única obrigação é, afinal, tentarmos ser **inteligentes**.

Nem tudo é legitimável sob o pretexto do amor. Convertido em ideologia, o amor é mais um manto de glória com que pretendemos cobrir a nossa miséria. Temos que amar com o que somos e, sobretudo, com o que os outros são, tais como se situam em relação a nós. Temos que negociar com o seu desejo, inventar formas realistas de amar.

Os circuitos não estão traçados à partida. Andaremos às apalpadelas, cometeremos erros. Na maioria dos casos só à posteriori poderemos verificar a coerência entre as nossas decisões concretas e aquilo que desejamos profundamente. A sabedoria não nos é dada à partida. Adquire-se. E o tempo tem alguma coisa a dizer sobre ela.

Joseph Thomas
in «Christus», 100
Out. 1978

MORAL PARTICULAR

A moral particular procura dar corpo aos grandes preceitos universais, traduzindo-os em normas concretas.

O primeiro traço destas normas é o seu carácter progressivo. As normas morais elaboram-se por etapas, a partir da experiência. Partem de uma conjuntura social dada e constroem sobre ela um sistema de referências adequado às convicções profundas que alimentam o sentir colectivo.

O segundo traço é a caducidade. Na sua expressão particular, as normas morais não são eternas nem universais. Submetidos ao choque do tempo e das culturas, os padrões de comportamento evoluem.

Daí um certo carácter aleatório das regras morais. A sua elaboração é feita por pessoas ou grupos sujeitos a ideologias, a erros científicos, a pressões interiores e exteriores.

Para se poderem manter, as normas morais têm de dar provas da sua eficácia.

Xavier Thévenot
ibidem

NÃO JULGUEIS

«Não julgueis e não sereis julgados.»

Palavra forte. Face às múltiplas obrigações e interditos da moral, face mesmo às exigências da perfeição evangélica, eis-nos perante uma via prodigiosamente curta: «não julgueis e não sereis julgados».

Se levarmos a sério este enunciado, vemo-nos subitamente libertos de uma série de interditos, preceitos, métodos, esforços, culpabilidades, porque uma só coisa conta: não julgarmos os outros.

Nessa abstenção, nessa contensão parece resumir-se toda a moral.

Os que julgam permanecem submetidos à aridez do interdito, da lei, da ascese, da virtude, do arrependimento. Os que praticam o não julgamento fazem uma espécie de curto-circuito: entram numa vida de simplicidade imediata.

Mas será verdadeiramente assim? Será possível que toda a moral se resume a esta prática aparentemente simples que é a ausência de juízo?

As exigências da vida social parecem dizer o contrário. Impossível não julgar! Sem uma opinião sobre os outros ninguém sobrevive. Sobretudo os que têm maiores responsabilidades. Em todas as nossas relações, práticas, encontros, não fazemos senão multiplicar juízos. Se o não fizermos passamos por ingénuos ou tolos. E outros saberão tirar proveito da nossa parvoíce ou da nossa inconsciência...

UM OLHAR DIFERENTE

O não julgamento surge, à primeira vista, como negativo: «não julgarás...» Mas o seu fundo é, paradoxalmente, positivo.

Não julgar é já reconhecer positivamente o outro. É acreditar na sua possibilidade de ser, de viver, de avançar, de progredir. Não se trata de uma atitude neutra. Trata-se da recusa de relações de interesse, inveja, rivalidade. A maior parte dos nossos juízos tendem a identificar os outros com os nossos desejos, os nossos projectos, as nossas opiniões. Não julgar é olhar o outro naquilo que ele é, sem o referenciar aos **meus** fantasmas, sem o converter em **meu** instrumento.

O não julgamento é benevolência. É antes de tudo **estima**, dada gratuitamente. Não porque o outro tem estas ou aquelas qualidades, mas por uma espécie de a priori, por um preconceito à partida favorável. Na convicção de que este ser humano, de quem se dizem estas ou aquelas coisas, tem o direito de ser.

Tal confiança suscita a mudança, muda tudo.

A atitude de juízo constrange o outro a revestir-se da personagem que lhe poupará a condenação. Fabrica a hipocrisia.

O não julgamento, pelo contrário, deixa diante do outro o espaço onde ele se poderá reconhecer tal qual é, onde ele se poderá aceitar. Ora aí se joga um dado fundamental que nada substitui. Se uma pessoa se recusa a si mesma, a ponto de não se reconhecer como é, como poderá ela mudar?

O não julgamento não faz pesar o passado; deixa vir ao de cima o presente, torna possível o possível. O julgamento toma sempre a dianteira: «cesteiro que faz um cesto faz um cento». Quem saiu da prisão para lá voltará. Quem cometeu uma falta, recairá. Quem conheceu a depressão é um depressivo.

O julgamento quer, a todo o custo, saber. Classifica, faz fichas, põe etiquetas. O não julgamento não sabe. Não classifica, não coloca tal homem ou tal mulher numa categoria, sobretudo em categorias definitivas.

E repare-se que não se trata apenas de juízos morais. Não basta abstermo-nos de dizer: «este é um desonesto», «aquele um intriguista». Quando dizemos:

«este é um primário», «aquele um incapaz», estamos igualmente a ceder a critérios de classificação. O não julgamento situa-se para além das virtudes, das faltas ou das intenções: diz respeito ao homem todo.

Não julgar não significa, porém, despirmo-nos da sagacidade e da perspicácia necessárias à relação com os outros. O não julgamento não impede, de modo algum, a constatação das falhas, das misérias, das asneiras que o comportamento de cada um nos vai revelando. É precisamente nessa constatação sem ilusões que ele se exerce. Porque o acolhimento do outro é acolhimento daquilo que ele é, sem os fantasmas que nele projectamos.

O não julgamento é tudo menos idealização do outro. Não esqueçamos que a idealização conduz à decepção, a decepção ao ressentimento e o ressentimento a um juízo ainda mais severo. Não julgar supõe uma extrema lucidez; só é capaz de não julgamento quem tem um elevado grau de discernimento.

VIA DE PAZ

Para não julgarmos os outros devemos então voltar contra nós mesmos toda a severidade do juízo?

O preceito é geral. Se eu me julgar com severidade, sentir-me-ei no direito de julgar também os outros. Se o não fizer, saberei amar os outros como a mim mesmo.

Trata-se de uma libertação surpreendente face ao aparelho extenuante do exame, da culpabilidade, do auto-conhecimento, da auto-punição. É o fim da depreciação de nós-mesmos, tão frequente e tão destruidora. Não para passar nos da depreciação a uma valorização exaltada do nosso ego. Mas para sairmos desse círculo vicioso: para **vivermos**, em vez de nos olharmos ao espelho; para nos aceitarmos como somos, em vez de sonharmos sermos outros; para nos amarmos com paciência e benevolência.

O não julgamento é uma via de paz. Não a paz que adormece na passividade e na inércia. Não a paz do imobilismo, mas a paz da marcha: quando toda a energia do ser humano ou, pelo menos a sua melhor parte, deixa de ser confiscada pela obsessão da posse para se voltar para a exigência do ser.

Via árdua, porque exige uma renúncia bem mais dura e essencial do que muitas práticas ascéticas e muitas dedicações generosas.

Não julgar é renunciar à pretensão fundamental de querer dominar, controlar, saber, possuir.

Não somos donos de nós próprios nem dos outros.

Não julgar é restituirmo-nos a nós mesmos e aos outros a liberdade primeira que nos constitui como seres humanos.



Maurice Bellet
in «Christus», 103
Junho 1979

Publicação bimestral. Assinatura anual: 150\$00; estrangeiro: 400\$00. Directora: Maria Teresa Santa Clara Gomes. Inscrito na DGCI com o n.º 106 032.

Propriedade e administração: GRAAL — Rua Luciano Cordeiro, 24, 6.º-A — 1100 Lisboa. Comp. e impressão: Silvas - Coop. de Trab. Gráficos, crl.